



O PODER QUE BROTA DO CÁRCERE: REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO PRISIONAL SOB A PERSPECTIVA DO EMPOWERMENT

Roberto Ramos Garcia Batista

Mestrando no Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas
da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista Capes
robertoramos@estudante.uffs.edu.br

Serli Gentz Bolter

Professora do Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

1. Introdução

A educação prisional representa um dos principais instrumentos para a promoção da dignidade humana e para a efetivação dos direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade. No Brasil, a conjuntura do sistema penitenciário evidencia inúmeros desafios estruturais e operacionais que comprometem a oferta de uma educação inclusiva, emancipatória e que verdadeiramente contribua para a reinserção social. Diante deste contexto, a teoria do empowerment, tal como desenvolvida por Eduardo Mourão Vasconcelos (2003), emerge como uma abordagem teórico-conceitual valiosa para compreender os processos de construção de poder e autonomia em ambientes marcados pela opressão e pela exclusão social.

Nesse sentido, este estudo propõe-se a analisar a educação nos presídios gaúchos sob a perspectiva do empowerment, investigando como as práticas pedagógicas podem contribuir para a superação das condições adversas, estimulando o protagonismo, a autoestima e a capacidade de transformação dos sujeitos encarcerados. A problemática que orienta esta investigação reside em compreender de que forma a educação prisional pode efetivar o empoderamento dos internos, considerando as limitações institucionais e os potenciais recursos pedagógicos existentes.

A relevância desta pesquisa está na possibilidade de contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais no âmbito penitenciário, fortalecendo práticas



que promovam a autonomia dos educandos e ampliem suas oportunidades de resgate social. Assim, este trabalho tem a pretensão de fomentar o debate sobre a educação como ferramenta de resistência e transformação no contexto prisional.

Este estudo é norteado pelo objetivo principal de compreender os fundamentos teóricos da teoria do empowerment, realizando uma análise de seus principais conceitos, tais como autonomia, protagonismo, resiliência e a construção de poder a partir da dor e da opressão, bem como examinar a sua aplicabilidade no contexto da educação prisional. Além disso, também se objetiva identificar os desafios e as potencialidades das práticas educativas consolidadas- atualmente- nas Unidades Prisionais do Rio Grande do Sul, buscando verificar se, a partir da implementação de estratégias pedagógicas fundamentadas na teoria do empowerment, é possível promover a ampliação das capacidades de autonomia e protagonismo social dos indivíduos privados de liberdade.

2. Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza exploratória e descritiva, embasado em revisão bibliográfica e análise documental. A opção pela abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de apreender, de forma profunda e contextualizada, os processos educacionais no ambiente prisional e sua relação com a teoria do empowerment, valorizando as experiências e práticas que promovem a autonomia e o protagonismo dos indivíduos privados de liberdade (Minayo, 2014, p. 23; Gil, 2019, p. 42).

A revisão bibliográfica foi realizada com base na obra de Eduardo Mourão Vasconcelos (2003), *O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias*, além de literatura acadêmica contemporânea acerca da educação prisional, políticas públicas e direitos humanos. Essa etapa foi fundamental para o embasamento teórico necessário à delimitação do tema e à fundamentação da análise crítica (Marconi; Lakatos, 2017, p. 65).

Adicionalmente, procedeu-se à análise documental de relatórios, planos e documentos oficiais referentes à oferta educativa nas unidades prisionais do Rio Grande do Sul, com o objetivo de mapear as práticas pedagógicas vigentes, identificar suas limitações e potencialidades, bem como verificar a presença de elementos que promovam o empoderamento dos sujeitos privados de liberdade (Marconi; Lakatos, 2017, p. 118).



Por fim, a análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme preconizado por Bardin (2011, p. 44), que permitiu a sistematização e interpretação dos aspectos centrais relativos aos processos educativos no contexto prisional.

Essa metodologia integrada assegura uma compreensão abrangente e crítica do estudo, articulando teoria e prática, e contribuindo para a proposição de sugestões alicerçadas.

3. Resultados e discussão

O estudo da Teoria do empowerment nos fez compreender que ela defende a promoção do poder individual e coletivo a partir do reconhecimento da capacidade dos sujeitos de transformar suas realidades, mesmo em contextos adversos e opressivos. Ou seja, a ideia é criar condições e oferecer apoio para que a pessoa tenha senso de controle do sobre sua vida deseje e se sinta capaz de mudar sua realidade (Vasconcelos, 2003, p. 20). No contexto da educação prisional, significa promover práticas que estimulem esse desejo interno de mudança, despertando o potencial de cada indivíduo para reconstruir sua trajetória de forma positiva.

No entanto, a análise realizada dos documentos oficiais evidenciou que a educação prisional, ainda que reconhecida como direito Constitucional e instrumento fundamental de ressocialização, enfrenta significativas limitações estruturais e operacionais no contexto do Rio Grande do Sul. A insuficiência de espaços adequados, a precariedade de recursos pedagógicos e a fragmentação das políticas educativas dificultam a efetivação de uma educação que realmente promova o empoderamento dos privados de liberdade.

Contudo, observou-se também, a presença de práticas pedagógicas que, mesmo diante das adversidades, buscam estimular a autonomia e o protagonismo dos internos. Tais iniciativas alinham-se aos preceitos do empowerment descritos por Vasconcelos (2003), que ressaltam a importância da construção do poder a partir da dor e da opressão, valorizando a autoestima, a participação ativa e a mobilização para a transformação pessoal e social.

A apreciação dos registros revelou ainda que o Plano Estadual de Educação Para Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional– 2021/2024- menciona que a educação



formal no Rio Grande do Sul é exercida pelos NEEJAs prisionais (Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos); esse espaço educativo está fundamentado, segundo o Plano, a partir de uma concepção educacional libertadora, participativa, dialógica e comprometida com a educação numa perspectiva de inclusão (PEEPPE, 2021. p. 11). Além disso, o mesmo Plano sugere estratégias pedagógicas focadas na valorização da história de vida dos internos, no incentivo à reflexão crítica e na promoção de vínculos comunitários, configurando-se como espaços de resistência e reconstrução identitária. Apesar disso, a ausência de uma estrutura física diferenciada e o contingenciamento de pessoal comprometem a regularidade e a abrangência dessas ações na prática.

Esses resultados indicam que a educação prisional tem potencial para ser um instrumento efetivo de empowerment no Rio Grande do Sul, mas para isso, deve ser acompanhada de políticas públicas integradas, investimentos em infraestrutura e formação continuada dos profissionais envolvidos.

4. Considerações finais

A partir da análise desenvolvida, conclui-se que a educação prisional no Rio Grande do Sul apresenta desafios estruturais e institucionais que limitam a sua capacidade de promover um efetivo empoderamento dos indivíduos privados de liberdade. Todavia, as práticas pedagógicas identificadas demonstram um compromisso significativo com a valorização do protagonismo, da autonomia e da ressignificação das experiências pessoais dos educandos, em consonância com os princípios da teoria do empowerment de Eduardo Mourão Vasconcelos.

A análise empreendida apontou a necessidade premente de políticas públicas que assegurem condições adequadas para a oferta educativa no sistema prisional, incluindo a melhoria da infraestrutura, o aumento do quadro de profissionais e a implementação de ações que fortaleçam a integração entre educação, saúde mental e assistência social. Tais medidas são fundamentais para potencializar o papel transformador da educação como instrumento de resistência e reconstrução identitária.

Por fim, esta pesquisa contribui para o campo da educação prisional ao destacar a teoria do empowerment como um referencial teórico capaz de orientar práticas pedagógicas mais humanizadas e efetivas, que reconheçam a capacidade dos sujeitos



encarcerados de reconstruir seus projetos de vida, mesmo em contextos de opressão e adversidade.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional: 2021–2024**. Porto Alegre: Secretaria da Educação / Secretaria da Administração Penitenciária, 2021. Disponível em <https://ssps.rs.gov.br/upload/arquivos/202301/24100513-19131940-plano-educacao-para-pessoas-presas.pdf>. Acesso: 02/03/2025

SILVA, Maria Aparecida da. **Educação prisional e direitos humanos: desafios e perspectivas**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, p. 45-62, 2019.

SOUZA, Carlos Henrique de. **Políticas públicas e educação no sistema prisional brasileiro**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 48, n. 170, p. 123–140, jan./mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053145983>.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias**. São Paulo: Paulus, 2003.

UNESCO. **Direitos humanos e educação: fundamentos e princípios**. Paris: UNESCO, 2016. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000148654>. Acesso: 04/06/2025.